

Raízes

v. 28, ns. 1 e 2, jan. – dez./2009; v. 29, n. 1, jan. – jun./2010

Dossiê: Território, sustentabilidade e ação pública
(Marc Piraux, Márcio Caniello – Orgs.)

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL SOLIDÁRIO E A FORMAÇÃO SINDICAL: A EXPERIÊNCIA DA CONTAG¹

Célia Hissae Watanabe

RESUMO

O presente artigo objetiva articular um conjunto de informações sobre a caminhada da CONTAG na formação sindical e a construção das estratégias em Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário. Em seus 46 anos de existência, a CONTAG tem pautado a formação na condição de prioridade estratégica, que passou por revisões de significados, de objetivos e de eixos temáticos. Todas as (re) formulações foram orientadas pelo contexto sociopolítico do país, pela configuração da atuação política da entidade, considerando suas bandeiras de luta, e pela diversidade de sujeitos políticos do campo por ela representados. Na atualidade, a Política Nacional de Formação do Movimento Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais, busca articular o conjunto de ações formativas, dentre as quais, a formação político-sindical orientada pelo eixo temático "Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário". A questão do desenvolvimento rural assumiu centralidade com intensificação dos debates, estudos e pesquisas realizadas pela CONTAG, pelas suas federações filiadas e pelos seus respectivos sindicatos, culminando na sistematização do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário, o PADRSS.

Palavras-chave: desenvolvimento rural sustentável, formação sindical, organização sindical

SOLIDARITY AND SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT AND LABOR UNION TRAINING: THE EXPERIENCE OF CONTAG

ABSTRACT

The present article aims to link a set of information on CONTAG's longstanding experience and work on union training and the strategies developed to build a supportive and sustainable rural development. For the past 46 years CONTAG has placed union training as a strategic priority, reviewing its meanings, goals and thematic focus. Processes of change have always taken into consideration the country socio political context, the configuration of its institutional political posture, its struggle aim and the diversity of political entities represented by this institution. Presently, the Union of Rural Workers Training and Education Policy aims to bring together a whole set of oriented educational initiatives towards linking its political agenda to the central theme of Union Actions and the Supportive Sustainable Rural Development. The rural development issue became a central theme followed by intense debates, studies and researches carried on by CONTAG along with its affiliated federations and their respective unions, which led to the documenting of the experience of "PADRSS" Alternative Project of Supportive Sustainable Rural Development.

Key words: sustainable rural development, labor union training, labor union organization

Célia Hissae Watanabe. Educadora, MS em Gestão de Políticas Públicas pela Fundação Joaquim Nabuco/ MEC, pós-graduanda em Democracia, República e Movimentos Sociais pela UFMG, assessora da Escola Nacional de Formação Sindical da CONTAG. E-mail: celiaw@contag.org.br
Texto produzido com as colaborações de Raimunda Oliveira Silva e Cléia Anice da Mota Porto, assessoras das Secretarias de Formação e Organização Sindical e de Política Agrária da CONTAG, respectivamente.

¹ Texto apresentado no Seminário Internacional "Desenvolvimento Sustentável e Territórios Rurais: Quais desafios para a ação pública", organizado pelo Cirad, a Universidade Federal de Campina Grande e a Fundação Universidade Camponesa realizado em Campina Grande/PB no período de 22 a 25/09/2009.

INTRODUÇÃO

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG, entidade de representação é, conforme a estrutura sindical brasileira, uma organização articulada verticalmente em sindicatos de base local e federações estaduais, que conformam o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MST-TR. Sua criação, em dezembro de 1963, emerge de um processo de lutas e resistências, protagonizadas historicamente por índios, escravos e camponeses, como reação à situação de violência, exclusão e exploração impostas para o campo.

Os anos de existência da CONTAG, aliados à amplitude de realidades e demandas da categoria que representa fazem com que sua trajetória se entrelace a importantes momentos históricos vividos no país. Desde sua criação, a CONTAG tem influenciado e sido influenciada pelos sucessivos processos de desenvolvimento pautados para o campo brasileiro.

Neste contexto, a formação de lideranças sempre foi um instrumento central e uma das prioridades estratégicas mais eficientes para fazer avançar a luta política e construir reações e alternativas às propostas de desenvolvimento desencadeadas ao longo das décadas.

No decorrer da história, a Confederação promoveu distintos processos até chegar à estruturação da Política Nacional de Formação¹, que busca articular iniciativas em várias áreas temáticas em linhas de ação, a saber: formação político-sindical; organização social e produtiva; gestão sindical e sustentabilidade política e financeira; concepção e gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural protagonizadas pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais;

desenvolvimento, trabalho e cidadania; monitoramento, avaliação e sistematização da Política Nacional de Formação; desenvolvimento metodológico; e igualdade de oportunidades.

Dessa trajetória nasce também a Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC), que atua com base no eixo temático “Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário” e nos eixos pedagógicos “Memória e Identidade” e “Pedagogia para uma Nova Sociabilidade”.

Para compreender a riqueza e a diversidade atual do movimento é necessário considerar o pressuposto de que a aprendizagem não está restrita somente aos espaços da formação programada. O cotidiano das práticas sindicais são também espaços de formação, em que a construção de conhecimento se realiza quando as lideranças sindicais trazem para a consciência elementos que as ajudam a questionar a realidade em que se encontram imersas: o cotidiano da luta e da vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. As lutas contemporâneas², como o Grito da Terra Brasil, Marcha das Margaridas, Festivais da Juventude e acampamentos, propõem um conjunto de políticas que questionam a sociedade e apontam para a nova sociedade que os trabalhadores e as trabalhadoras desejam construir.

A história mostra que resistência e luta pautam a trajetória do povo camponês ao longo de sua existência: luta por terra, por uma sociedade igualitária e pela liberdade. Seguidores de Zumbi³, de Antonio Conselheiro⁴, beato José Lourenço⁵, entre tantos outros, construíram o sentido da resistência e da luta, da organização e da coletividade.

Articulações e movimentos anteriores à CONTAG, como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

¹ A Política Nacional de Formação (PNF) sistematiza a concepção de formação do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais, princípios e diretrizes político-pedagógicas e estratégia. Não se trata de um documento fechado, visto que se propõe a ser referência de todos os processos formativos, fazer a crítica e orientar os rumos da luta e do projeto político da categoria, o PADRSS.

² São mobilizações de massa realizadas por CONTAG, Federações e Sindicatos. Periódicas, possuem caráter reivindicatório e compõem uma agenda que envolve apresentação de pauta aos poderes públicos, negociações e mobilizações nas esferas local, estadual, regional de nacional. Essas ações buscam valorizar o viés educativo, na medida em que realizam diversas atividades antes, durante e depois dos atos principais, como, por exemplo, seminários, oficinas, construções de pautas.

³ Liderança do mais conhecido Quilombo, organizado na Serra da Barriga em Palmares (AL), cujo sistema de vida e de produção buscava resistir à economia patriarcal e escravocrata, baseado na policultura, na organização coletiva da produção e na resistência e combate à escravidão. (SILVA, 2006)

⁴ Liderança messiânica de peregrinos(as) majoritariamente trabalhadores(as) rurais e escravos(as), se estabeleceram no Arraial de Canudos, no sertão da Bahia, no fim do século 19, com base no trabalho cooperado, na propriedade coletiva e na agricultura de autoconsumo envolvendo todos os membros da família. (SILVA, 2006)

⁵ Seguidor de Padre Cícero, liderou uma luta de resistência camponesa contra os latifundiários na Chapada do Araripe, no Ceará. O povoado de Caldeirão tornou-se autossuficiente com produção diversificada (agricultura, artesanato, redes, roupas, calçados), vindo a influenciar outras cidades. Temendo a ocupação de suas terras, pois concentrava grande número de camponeses, os fazendeiros da região promoveram ataques seguidos, apelando para bombardeio aéreo, vindo a destruir o povoado. (SILVA, 2006)

do Brasil (ULTAB), Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), Ação Popular (AP) – vinculada aos católicos –, as Ligas Camponesas atuantes nos estados do Nordeste, do Sul e do Sudeste nas décadas de 50 e 60, cumpriram importante papel ao fomentar a criação de sindicatos de trabalhadores rurais. Essas ações contribuíram com os processos formativos e com o surgimento de novas lideranças, ao construir e difundir uma compreensão sobre o papel do sindicato, sobre as dimensões político-organizativas e sobre a elevação da capacidade reivindicatória da classe trabalhadora.

Foi por meio do processo de formação, especialmente durante o regime militar, que o MSTTR construiu um Plano de Reforma Agrária e uma estratégia para a luta de resistência dos posseiros. Por meio da formação, projetou as greves dos assalariados e suas pautas de reivindicações, que acabam por produzir conquistas de direitos e mudanças nas relações de trabalho no campo. Não são diferentes os processos de lutas pela previdência e pela construção de “política agrícola diferenciada para os pequenos produtores” e, mais recentemente, o trabalho de organização das mulheres, que se inicia por instrumentos de formação como seminários, plenárias, etc.

São aprendizagens históricas que marcam o ideário comum e ressignificam os sonhos pela construção de uma sociedade justa e igualitária. Sistematizadas ou não, essas aprendizagens explicitam aspectos relevantes da identidade de quem vive, trabalha e produz no campo. Elas buscam fortalecer a formação na ação, aquela presente nas ações cotidianas das pessoas e a formação programada, aquela presencial, sistemática, realizada por meios dos cursos, seminários, encontros e outras atividades, modulares ou não.

1. TRAJETÓRIA E CONCEPÇÃO DA FORMAÇÃO SINDICAL

No intuito de reafirmar o espaço rural como lugar de realização da vida e desconstruir a oposição entre campo e cidade, a CONTAG buscou, desde seu surgimento, reafirmar os valores presentes no campo, ao estabelecer contraposições no tratamento dado à população do campo ao longo da história.

No início da década de 70, as ações da formação sindical foram pautadas pela educação associativista, sindical e

cooperativista. Além disso, a CONTAG pleiteava extensão dos programas oficiais de alfabetização, tornando-se colaboradora destes. Os espaços de formação eram, também, utilizados como potenciais espaços de reflexão sobre a diversidade do campo e sobre os direitos dos camponeses e a criação de entidades sindicais. A estratégia de formação de dirigentes orientava a ação a partir das bases, para contribuir com a organização em delegacias, ampliações de experiências de institutos e escolas de educação rural e familiar, e com orientações sobre direitos (CONTAG, 1973).

Foi também um momento de denunciar as políticas agrárias e agrícolas governamentais e as consequências para o campo brasileiro, como a concentração de terras e o aumento dos conflitos sociais (CONTAG, 2004). O conteúdo das discussões demarca e torna público o posicionamento da Confederação em relação ao modelo de desenvolvimento vigente e o papel do Estado, embora não houvesse (ainda) a sistematização de um projeto de desenvolvimento rural.

Nos anos 80, a ênfase para a educação sindical era a discussão sobre o papel do sindicato como representação de classe, a ação sindical pela reafirmação das bandeiras de luta, a necessidade de articular a luta do campo e da cidade. É atribuído à formação o papel de contribuir com a categoria de trabalhadores e trabalhadoras rurais nas reflexões sobre qual sociedade interessa e como a ação sindical poderia potencializar a transformação da realidade. A dimensão dos direitos que compunham as lutas gerais da sociedade civil organizada nessa década era também prioritária para o movimento dos trabalhadores rurais.

Na relação com a educação formal, havia clara intenção em influenciar nos currículos do 1º e do 2º grau, com as recomendações sobre as especificidades rurais e regionais na abordagem de temas como reforma agrária e direito dos trabalhadores, conforme anais do 4º congresso nacional da categoria (CONTAG, 1985).

O contexto político nacional estava pautado em grandes mobilizações pela redemocratização do País. Diversos segmentos sociais buscavam fortalecer suas organizações para avançar na luta por direitos e superar as demandas sociais represadas pelos governos militares. No mundo sindical, trabalhadores do campo e da cidade discutiam sua unidade em uma organização maior, em uma central sindical⁶, que viria a influenciar e ser influenciada pela formação para além do espaço da categoria.

⁶ A CONTAG e suas entidades filiadas participaram ativamente dos fóruns de discussão da classe trabalhadora pela criação de uma central sindical em amplo pro-

2. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E A FORMAÇÃO SINDICAL

Para construção do entendimento sobre o mundo rural (especificidades, necessidades e potencialidades), é necessário compreender os processos políticos vivenciados: as razões das desigualdades e a opção brasileira pela priorização das políticas de desenvolvimento voltadas para os espaços urbanos, destacando a oposição entre campo e cidade. Orientado pela diretriz econômica, o Estado brasileiro concentrou esforços na impulsão do modelo desenvolvimentista urbano industrial com o intuito de elevar o País à condição de grande potência econômica mundial.

As demais políticas, estruturantes da economia, como a agrícola, por exemplo, foram, em certa medida, colocadas na condição de subordinação ao processo de industrialização pautado na substituição de bens de consumo e de produtos da indústria pesada. A agricultura, ora ancorada na monocultura de exportação, dependia de máquinas, implementos e insumos químicos. Era um tempo de ampliação de fronteiras agrícolas, centradas nos cultivos de café, soja, trigo, cacau e cana-de-açúcar.

Para tanto, as estruturas do Estado foram direcionadas para oferecer a esse segmento agrícola crédito, assistência técnica e extensão rural, vinculadas à adoção de pacotes tecnológicos, influenciando, inclusive, as estruturas curriculares nas universidades. A chamada pequena produção⁷ esteve à margem das políticas de fomento.

Em certa medida, a estratégia mostrou-se exitosa, pois economicamente favoreceu o país ao atingir índices invejáveis, em relação aos patamares dos países subdesenvolvidos, mas foi também indutora de desigualdades.

Grande parte da população brasileira, em especial do campo, passou a acumular demandas no atendimento de suas necessidades básicas. Podemos percebê-las no âmbito da infraestrutura, com ausência ou má qualidade de vias de acesso, de transporte público, de moradia e no perfil das políticas sociais, que, assentado em raízes históricas, tornou-se intimamente solidário com o

modelo desenvolvimentista focado na dimensão econômica, apresentando, dessa forma, clara oposição entre essa dimensão e a social universal (HENRIQUE, 1998).

Entre as perversas consequências desse modelo, percebemos um agravamento dos problemas na estrutura fundiária do País, com o aumento da concentração de terras e o conseqüente desaparecimento de pequenas e médias propriedades, sobretudo as mantidas com base na mão de obra familiar.

Não obstante, a falta de incentivos na assistência técnica e na extensão rural e de crédito e políticas de comercialização para a agricultura familiar ampliou a vulnerabilidade desses segmentos, além de estimular o êxodo rural e contribuir com uma rápida, intensa e desqualificada urbanização, vindo a multiplicar os bolsões de miséria no campo e na cidade. É um modelo de triste memória por ter se constituído em anos de imperfeições macroeconômicas e perversão social (NOGUEIRA, 2004).

As migrações também se deram entre regiões, em especial para o estado de São Paulo, foco da investida industrial com abertura de frentes de emprego urbano. O desenvolvimento econômico veio a caracterizar o país por diferenciações entre as macrorregiões, mas também por heterogeneidade intrarregional, configurando áreas economicamente dinâmicas e outras atrasadas em uma mesma região (ARAÚJO, 2000).

No âmbito da formação sindical essa discussão assegura seu espaço como condição determinante para as elaborações da categoria, sensibilizada a ampliar sua capacidade de intervir na construção de referenciais e de políticas públicas de desenvolvimento rural. Embora programas e projetos temáticos de formação estivessem presentes no fazer sindical da CONTAG, das federações e dos sindicatos, havia a necessidade de priorizar as questões do desenvolvimento rural sustentável como estratégia de superação da condição de subordinação imposta pelo modelo desenvolvimentista, aliado aos sinais de esgotamento e crise desse mesmo modelo.

Assim sendo, o MSTTR enfatiza o debate sobre desenvolvimento no 6º congresso nacional da categoria.

cesso de mobilização que aglutinou as diversas concepções de sindicalismo. Embora tenha participado de ações anteriores à criação da Central Única dos Trabalhadores, a CONTAG não esteve presente em sua criação em 1983, vindo a se filiar somente em 1995, mantendo essa condição até 2009. Esse resgate se faz necessário, uma vez que essa aproximação fomentou a discussão sobre desenvolvimento, gerando um projeto de pesquisa e formação sindical, que por sua vez, contribuiu com a constituição das bases de um projeto alternativo de desenvolvimento, como veremos adiante.

⁷ O termo pequena produção foi alvo de debates até ser substituído por agricultura familiar por retratar melhor a relevância dada ao reconhecimento da importância do segmento na construção de alternativas de desenvolvimento para o campo. Além disso, o termo expressa sua vinculação ao papel da reforma agrária na expansão da agricultura familiar. (CONTAG, 1998)

Foi um momento de trazer o desenho de um projeto alternativo, em uma abordagem sistêmica das políticas agrárias e sociais, com foco nos sujeitos políticos do campo plenos de direitos (CONTAG, 1995).

Como desdobramento, a CONTAG elaborou e executou, em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) um projeto de pesquisa e formação sindical que, a partir da identificação de dinâmicas de desenvolvimento no país, somadas às ações organizativas e formativas, deu passos na elaboração das diretrizes do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável⁸ – PADRS.

Há de se registrar que as sucessivas edições do Grito da Terra Brasil⁹ foram dando fisionomia ao projeto, à medida que o enfrentamento do poder constituído denunciava o descaso em relação ao campo brasileiro, informava a sociedade sobre seu potencial produtivo e organizativo e apresentava as reivindicações dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. A resistência e a luta, marcas históricas do MSTTR, assumem papel forte no questionamento às políticas de desenvolvimento em curso no País.

Foi no 7º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em 1998 que o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável (PADRS) tomou forma e se colocou enquanto um referencial político da categoria.

Questionadora da concepção de desenvolvimento pautada no crescimento econômico, o PADRS procura articular um conjunto de dimensões indispensáveis para a promoção do bem-viver no campo brasileiro, com equidade social e melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, medido pelo PIB real *per capita*, considerando seus principais requisitos avaliados: longevidade com saúde, nível educacional e padrão de vida. Para a conquista de ‘vida melhor’, os programas de combate à pobreza foram avaliados como pontuais e insuficientes:

É fundamental criar políticas e programas voltados para a distribuição de

renda (...) privilegiar o ser humano e sua integralidade possibilitando a construção da cidadania. As questões econômicas, portanto, têm de estar articuladas às questões sociais, culturais, políticas, ambientais e às relações sociais de gênero e raça. (CONTAG, 1998: 24).

Segundo Miranda e Matos (2002:13),

Desenvolvimento sustentável é entendido como um processo amplo e abrangente de mudança social e aumento das alternativas de escolhas e oportunidades da sociedade, de modo a compatibilizar no tempo, o crescimento econômico, a equidade social e a preservação do meio ambiente.

Prosseguem os autores nos informando que o conceito de equidade social abrange, “igualdade de todos perante a sociedade, (...) oportunidade de acesso ao mercado, às fontes de renda e de trabalho, aos serviços públicos e à efetiva participação política. São “atributos e propósitos finais de todo esforço de desenvolvimento em curto, médio e longo prazos”. (MIRANDA E MATOS, 2002:13)

Para o Movimento,

Não há desenvolvimento no meio rural sem educação, saúde, garantias previdenciárias, salários dignos, erradicação do trabalho infantil e escravo, respeito à autodeterminação dos povos indígenas e preservação do meio ambiente. As lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras pela terra, política agrícola diferenciada, políticas sociais e direitos trabalhistas se inserem, portanto, na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento baseado na expansão e no fortalecimento da agricultura em regime de economia familiar”. (CONTAG, 1998:24)

A realização da reforma agrária, combinada com o fortalecimento da agricultura familiar, interfere substancialmente na estrutura fundiária do país e na concepção hegemônica de desenvolvimento, favorecendo o atendimento de outras demandas, como a ampliação de oportunidades de trabalho, emprego e renda no campo, produção de alimentos saudáveis com redução de impactos ao meio ambiente e com a dinamização social e econômica do entorno das comunidades e dos assentamentos.

⁸ Concebido com esse contorno, o Projeto Alternativo tornou-se referência para o movimento, sendo pauta de discussões de suas instâncias e fóruns. Consonante com o debate de desenvolvimento realizado pelos movimentos sociais, o MSTTR incorporou as dimensões trazidas pela economia solidária, assegurando que seus valores e princípios fossem reforçados na implementação do Projeto. Assim, em 2005 passou a se chamar Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável Solidário (PADRSS).

⁹ Mobilização anual no mês de maio, em níveis estadual, regional e nacional. O MSTTR formula suas reivindicações, entrega a pauta aos poderes constituídos em suas referidas esferas e inicia um processo de negociação respaldada em grandes atos públicos. Em nível nacional ocorre em Brasília com a chegada de caravanas de todo o País, realização de manifestações e acompanhamento das negociações com os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

O Projeto Alternativo não prevê o fim da agricultura patronal, mas questiona a redução de postos de emprego, o descumprimento da legislação do trabalho, a falta de condições para o exercício da profissão. São os(as) assalariados(as) rurais que constituem parte da população empobrecida do campo e essa constatação reforça a necessidade de democratizar as relações de trabalho, com renda digna e qualidade de emprego (CONTAG, 1998).

No compasso das mudanças na forma de o Estado se relacionar com a Sociedade Civil no âmbito das políticas públicas, a partir do novo desenho trazido pela Constituição Federal em 1988, o MSTTR assume papel proativo no debate sobre a questão do desenvolvimento rural.

Os estudos, reflexões e debates, indicaram a elaboração do PDLS, Programa de Formação de Dirigentes e Técnicos em Desenvolvimento Rural Sustentável baseado na agricultura familiar, importante iniciativa para subsidiar a ação sindical no tema desenvolvimento, dada sua ousada meta de alcançar quase 15 mil pessoas em 3.500 municípios brasileiros.

Os municípios beneficiários desse programa foram pioneiros na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Local, constantes de ação planejada em parceria com o poder local e movimentos sociais, voltados para promoção do desenvolvimento rural sustentável, qualificação da atuação das lideranças nos conselhos municipais e no fortalecimento das organizações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Essa vivência do PDLS possibilitou grandes avanços no âmbito da ação sindical, tanto na formulação de suas diretrizes formativas como na execução delas. Em certa medida, influenciou a gestão pública na construção de estratégias de territorialidade. Contribuiu também para atuação mais qualificada dos representantes da CONTAG, das Federações e dos sindicatos nos espaços de formulação das políticas públicas de desenvolvimento rural.

Outro aspecto a ser considerado é que nesse contexto a questão do protagonismo da mulher trabalhadora rural passa a fazer parte da agenda sindical do MSTTR. Até esse momento, as mulheres não compunham direções, a maioria não estava associada aos sindicatos, embora estivessem presentes na base do movimento. A caminhada das trabalhadoras rurais deu largos passos, tanto na deliberação por cotas de participação nas direções do movimento (30%), estando as chapas concorren-

tes ao pleito passíveis de impugnação caso não seja cumprida a determinação. Para as atividades de formação, a cota instituída é de 50%.

3. FORMAÇÃO SINDICAL: ESTRATÉGIA E DESAFIOS MAIS RECENTES

Os temas e as políticas constantes no Projeto Alternativo passam a ser a maior referência política do diálogo nas ações da CONTAG, tornando-se orientadora da formação, e esta, por sua vez, se coloca no papel de contribuir para seu aprimoramento. Esta trajetória foi definindo a concepção, as diretrizes, a estratégia e as linhas de formação da Política Nacional de Formação, a PNF, que ganhou dimensão nacional e capacidade articuladora, ao dialogar com a diversidade das demandas e necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras, com as especificidades regionais, culturais e com a heterogeneidade dos sujeitos.

A CONTAG está redesenhando a PNF para que suas linhas de ação e a estratégia política possam assegurar a amplitude da pauta formativa, cumprindo assim seu papel pedagógico presente no novo cenário da luta política. A intenção é que as várias iniciativas formativas, sejam elas temáticas, sejam político-sindicais, estejam articuladas entre si e que possam abordar a realidade dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, na perspectiva de qualificar a ação sindical na representação da categoria.

Pautar os elementos para uma nova sociabilidade, partir de raízes da identidade camponesa e de classe, compreender as questões que fundamentam a sociedade desigual, excludente para a maioria da população, esse lugar onde os preconceitos se fazem presentes, são trilhas necessárias para se contrapor a ela e buscar uma nova construção social. A pedagogia da qual falamos procura contribuir para que os sujeitos reflitam sobre os sentidos da vida e sobre a reinvenção da emancipação humana. Uma pedagogia que estimule o olhar crítico sobre a realidade e que negue a perspectiva mercantil apregoada pelo capitalismo em suas reinvenções na sociedade contemporânea.

Afinada com o objetivo do Projeto Alternativo, a formação sindical da CONTAG caminhou para a constituição de uma escola nacional, que se tornasse esse lugar de reflexão, de pesquisa e de estudos sobre Ação

Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário, eixo temático de sua atuação.

O 9º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais refletiu sobre a dimensão e o perfil multidisciplinar da formação e deliberou pela criação da ENFOC – Escola Nacional de Formação da CONTAG, sendo esta de amplitude temática, com o intuito de retomar a discussão sobre o sentido militante com as direções e assessorias das entidades sindicais, buscando fazer o enfrentamento ao projeto hegemônico de desenvolvimento. O desafio colocado é o de conjugar formação política e sindical, qualificação profissional, desenvolvimento local e educação do campo em um mesmo referencial pedagógico tendo como princípio a formação humana (CONTAG, 2006).

Para dar concretude à deliberação, a Confederação realizou em 2005 o Encontro Nacional de Formação do MSTTR (ENAFOR) com o objetivo de fazer um balanço da ação formativa, dar passos na sistematização de referenciais político-pedagógicos favoráveis ao diálogo com as questões relevantes para os trabalhadores e as trabalhadoras rurais e ao exercício da democracia, da autonomia e da solidariedade.

O Encontro buscou discutir, também, as estratégias de implementação da Política Nacional de Formação, compreendendo a aprendizagem como processo coletivo, social, político e cultural que estimule a capacidade crítica e de autocrítica e que valorize as diversas dimensões inerentes à vida humana. Pautou-se pela centralidade na construção coletiva de conhecimentos e pela construção de estratégia formativa com referência na formação de redes, considerando que cada realidade guarda sua própria história, suas diferenças sociais, econômicas e culturais, que devem ser respeitadas e valorizadas.

Essa iniciativa tinha o objetivo de favorecer o nascimento de uma escola contextualizada com a trajetória da formação do MSTTR, somada à atualização dos seus desafios na implementação do Projeto Alternativo na atual conjuntura. O que já era sonho de muitas lideranças e alvo de discussões em vários fóruns, a Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC) tornou-se realidade em 14 de agosto de 2006.

Compreendendo o país em sua diversidade regional, cultural e dimensões continentais, a maneira de constituir espaços formativos no âmbito local de moradia, trabalho e militância de trabalhadores e trabalhadoras rurais, foi optar por uma estratégia denominada multiplicadora criativa, a fim de favorecer a chegada e a permanência da formação nesse lugar, ou seja, nas comunidades, nos municípios, nos territórios.

Para tanto, realiza cursos nacionais e regionais modulares¹⁰ com caráter de formação, cujos (as) participantes assumem solidariamente a responsabilidade de compor a rede de educadores e educadoras e atuar na realização de cursos estaduais e regionais (estas em coresponsabilidade com a equipe pedagógica da ENFOC) e os Grupos de Estudos Sindicais (GES).

Os Grupos de Estudos Sindicais foram concebidos como meio de transformar o cotidiano das pessoas em oportunidade de formação, tornando-o objeto de reflexões e, ao mesmo tempo, de aprimoramento da ação sindical. Planejados para ser animados e realizados pelos (as) egressos (as) dos cursos da Escola, se constituem em potenciais espaços onde os sujeitos políticos do campo – homens e mulheres – constroem as condições efetivas de superação das desigualdades e de eliminação de preconceitos e discriminações de gênero, de geração, de raça e etnia¹¹.

O mecanismo facilitador é o diálogo, que deve estimular o protagonismo daqueles e daquelas que vivem no campo rumo ao desenvolvimento rural sustentável solidário, conforme apregoa o Projeto Alternativo e, conseqüentemente, na relação com outros atores políticos construtores das políticas públicas no território.

4. PARA FINALIZAR

A articulação da formação com o cotidiano está diretamente vinculada à leitura que fazemos do mundo. Quando falamos nesse fazer pedagógico, compreendemos ser referenciadoS e referencial pela e para a implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário. Interessa aqui considerar que nossa trajetória tem diferentes tempos e idades – a

¹⁰ Curso Nacional em 2 módulos de 12 dias cada que contempla 4 pessoas de cada estado, indicadas pelas federações; Curso Regional em 3 módulos de 7 dias cada com 10 pessoas de cada estado. Critérios para a participação: ser dirigente ou assessor, em cota de 50% de mulheres e de 25% de jovens.

¹¹ Documento interno (ENFOC/CONTAG) sobre os Grupos de Estudos Sindicais, organizado para subsidiar didaticamente os cursos.

CONTAG e suas federações filiadas com suas idades entre 5 e 46 anos; bem como os sindicatos, alguns deles com mais de 50 anos.

O Movimento, em toda essa caminhada de homens e mulheres do campo, das florestas, da caatinga, do litoral, do cerrado, dos pampas e do pantanal, tem se debruçado a entender as necessidades, os desejos e as empreitadas dessas pessoas, que, em muitos casos, vivem em situação de escravidão disfarçada.

O mundo sindical se esmera em alimentar a luta pela emancipação da classe trabalhadora para buscar desconstruir a existência histórica de explorados e exploradores atribuindo à própria formação o papel de contribuir com o questionamento de práticas sindicais e de avaliar se essas se referenciam na construção de uma nova sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, T. B. de. Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Editora REVAN/FASE, 2000, 390 p.

CONTAG. 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Anais. Maio/1973. CONTAG, Brasília (DF), 1973, 36 p.

CONTAG. 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Anais. Maio/1979. CONTAG, Brasília (DF), 1979, 244 p.

CONTAG. 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Anais. Maio/1985. CONTAG, Brasília (DF), 1985, 413 p.

CONTAG. 6º Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Anais. Abril/1995. CONTAG, Brasília (DF), 1995, 172 p.

CONTAG. 7º Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Anais. março-abril/1998. CONTAG, Brasília (DF), 1998, 181 p.

CONTAG. 9º Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Anais. Fevereiro-março de 2005. CONTAG, Brasília (DF), 2005, 342 p.

CONTAG. *CONTAG 40 anos*. Revista comemorativa dos 40 anos da entidade. Brasília (DF), 2004, 114 p.

CONTAG. Política Nacional de Formação (PNF). Documento Interno da Secretaria de Formação e Organização Sindical. Brasília (DF), CONTAG: 2008, 55 p.

HENRIQUE, W. Questão social e políticas sociais no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (org.). *Economia & Trabalho – Textos básicos* Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1998.

MIRANDA, C. ; MATOSA. *Desenvolvimento Local sustentável no Brasil: a experiência do IICA*. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Brasília (DF), IICA: 2002, 55 p.

NOGUEIRA, M. A. *Um Estado para a Sociedade Civil: Temas Éticos e Políticos para a Gestão Democrática*. São Paulo: Cortez: 2004, 264 p.

SILVA, M. S. *A história de nossas raízes: itinerário das lutas dos trabalhadores rurais no Brasil e o surgimento do sindicalismo rural*. Texto elaborado para a ENFOC. Brasília, 2006, 19 p.